

Relatório de Gestão

Assinatura
Data 5/12/24

Introdução

Nos termos das disposições aplicáveis, a Direção da APAFID – Associação Portuguesa de Apoio, Formação e Investigação em Dislexia, apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2024.

Evolução da atividade da Associação

A APAFID - Associação Portuguesa de Apoio, Formação e Investigação em Dislexia é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que tem como objetivo primordial o apoio social, pedagógico e terapêutico a crianças e famílias, prestando os seus apoios em várias valências, nomeadamente, apoio psicológico, pedagógico, em terapia da fala e terapia ocupacional. Estes serviços têm registado aumento de procura.

Tem atuado numa lógica de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com os Agrupamentos de Escolas da região, prestando serviços especializados, facilitadores da implementação de políticas e práticas de educação inclusiva.

A APAFID é reconhecida e acreditada pelo Ministério da Educação como Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), estando dotada de serviços e técnicos especializados, tendo apresentado aumentado da sua área de abrangência.

Faz ainda parte do plano de atuação da nossa associação a implementação de projetos de cariz inovador, com recurso a técnicas e metodologias inovadoras. Estamos particularmente atentos a todas as etapas do desenvolvimento humano, especialmente aquelas que, pelas suas características, exigem maior necessidade de cuidado e intervenção. Este tipo de resposta tem sofrido aumento de procura nos últimos anos.

Evolução da situação económica e financeira

Da análise das contas de exploração da APAFID, constata-se que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi positivo em 2024 e 2023.

Para esse facto contribuiu fundamentalmente a rubrica de serviços prestados e subsídios.

Face aos meios financeiros da associação não existe necessidade de recorrer a financiamentos bancários, pelo que os custos de financiamento têm sido nulos.

Em termos de resultados líquidos dos períodos, 2024 apresentou resultado líquido e verificou-se no presente exercício uma continuação dos resultados positivos, implicando assim que, as reservas acumuladas contabilizadas em 31 de dezembro de 2024 são de 53.126,28 €.

No mapa quadro abaixo apresenta-se a evolução patrimonial e financeira da associação para o período de 2022 a 2024.

Assinatura
Assinatura

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2024	2023
ATIVO		
Ativo não corrente:		
Ativos fixos tangíveis		722,30
Investimentos Financeiros	273,49	273,49
	273,49	995,79
Ativo corrente:		
Clientes	19.073,60	7.212,15
Diferimentos		193,30
Outros ativos correntes		3.036,00
Caixa e depósitos bancários	87.796,40	58.682,00
	106.870,00	69.123,45
Total do Ativo	107.143,49	70.119,24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio:		
Resultados transitados	53.126,28	41.129,06
Resultado líquido do período	29.532,00	27.371,72
Total do capital próprio	82.658,28	68.500,78
Passivo		
Passivo corrente:		
Fornecedores	344,40	
Estado e outros entes públicos	4.052,33	1.618,46
Diferimentos	5.361,97	
Outros passivos correntes	14.726,51	
	24.485,21	1.618,46
Total do passivo	24.485,21	1.618,46
Total do Capital Próprio e do Passivo	107.143,49	70.119,24

Sabendo que o balanço reflete a situação financeira de uma entidade em determinado momento do tempo, afigura-se referir a posição financeira da APAFID em 31 de dezembro de 2024:

- O total do ativo era de 107.143,19 €, sendo de realçar que o ativo não corrente é de 273,19 € e o corrente de 106.870,00 €.

- As rubricas mais importantes do ativo corrente são as disponibilidades, ou seja, liquidez, cifrando-se em 87.796,40 €. Neste valor estão incluídos meios financeiros de caixa e depósitos bancários. As outras contas a receber de 19.073,60 € refletem o valor a receber de clientes.

No final do ano, o passivo da APAFID era de 24.485,21 €, sendo 344,40 € a fornecedores, 4.052,33€ a o estado, 5.361,97 € de diferimentos de rendimentos e 14.726,51 a outros devedores e credores.

- O total dos fundos patrimoniais apresentam o valor de 82.658,28 €, fundamentalmente, em consequência dos resultados obtidos ao longo dos anos.

fares
fares

Comparação com o ano anterior

No período de 2024, a Associação obteve do ponto de vista económico os seguintes resultados:

- A totalidade das prestações de serviços foram de 104.067,80 € enquanto que no ano de 2023 tinham sido de 62.678,98 €.

- O valor dos subsídios recebidos no ano de 2024 foram de 83.162,08 €, sendo que no ano de 2023 tinham sido de 56.414,70.

- Os gastos com o pessoal foram de 110.409,52 € no ano de 2024, enquanto que em 2023 tinham sido de 59.883,54 €.

Quanto aos FSE de em 2023 tínhamos tido o valor de 29.933,93 €, já no ano de 2024 atingimos o valor de 45.965,33 €.

Em resultados destes valores de 2024 chegamos ao final do ano com um resultado líquido de 29.532,00 €, enquanto que no ano anterior tinha sido de 27.371,72 €.

Aplicação do resultado líquido do exercício económico

Relativamente à aplicação do resultado líquido do exercício, positivo, no valor de 29.532,00 €, a direção propõe que transite para a conta de resultados transitados.

**APAFID – Associação Portuguesa de
Apoio, Formação e Investigação em
Dislexia**

Anexo

21 De março de 2025

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Activos Fixos Tangíveis.....	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	Erro! Marcador não definido.
7	Inventários	Erro! Marcador não definido.
8	Rédito	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
12	Outras Informações	14
12.1	Investimentos Financeiros	14
12.2	Clientes e Utentes.....	15
12.3	Outras contas a receber.....	15
12.4	Diferimentos	15
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
12.6	Fundos Patrimoniais	16
12.7	Fornecedores	16
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
12.9	Outras Contas a Pagar.....	17
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração.....	17
12.11	Fornecimentos e serviços externos.....	17
12.12	Outros rendimentos e ganhos	Erro! Marcador não definido.
12.13	Outros gastos e perdas	18
12.14	Resultados Financeiros	18
12.15	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A APAFID – Associação Portuguesa de Apoio, Formação e Investigação em Dislexia, fundada em 2010, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, sediada na Guarda. Tem como missão apoiar crianças, jovens e adultos disléxicos e seus familiares.

São diversas as suas áreas de intervenção, nomeadamente:

- Apoio psicológico, pedagógico, em terapia da fala e terapia ocupacional;
- Trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com os Agrupamentos de Escolas da região, prestando serviços especializados, facilitadores da implementação de políticas e práticas de educação inclusiva;
- Implementação de projetos de cariz inovador, com recurso a técnicas e metodologias inovadoras;
- Desenvolvimento de formações destinadas à comunidade escolar e comunidade em geral.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
 - Código de Contas (CC) - Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
 - NCRF-ESNL - Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
 - Normas Interpretativas (NI)
-
- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

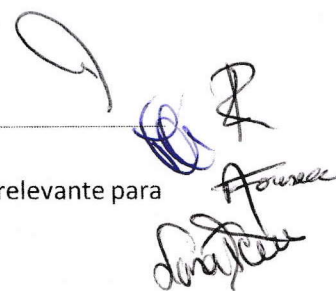
3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade. De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

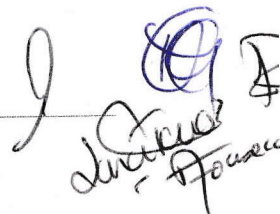
Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- 
- Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

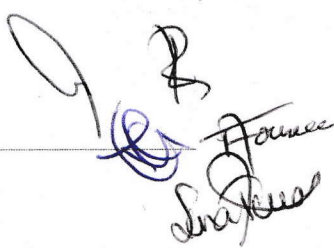
Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.



Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam

em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Handwritten signature and initials: J, R, and a signature that appears to be "Ferreira".

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	2 599,61					2 599,61
Equipamento de transporte	0,00					0,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	2 599,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2 599,61
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00				0,00
Equipamento básico	1 010,86	866,45				1 877,31
Equipamento de transporte	0,00	0,00				0,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1 010,86	866,45	0,00	0,00	0,00	1 877,31

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	2 599,61					2 599,61
Equipamento de transporte	0,00					0,00
Equipamento biológico	0,00					0,00

9 ④ R
António
Pereira

Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	2 599,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2 599,61
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	1 877,31	722,30				2 599,61
Equipamento de transporte	0,00					0,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1 877,31	722 30	0,00	0,00	0,00	2 599,61

6 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	104 067,80	62 678,98
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,54
Total	104 067,80	62 678,98

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo		
Entidades Públicas	83 162,08	56 414,70
Outras entidades	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Apoios do Governo		
Total	83 162,08	56 414,70

8 Benefícios dos empregados

O número de médio de colaboradores, nos períodos de 2024 e 2023, foram de 5 e 3 pessoas respectivamente em cada um dos anos.

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	91 007,32	48 854,39
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	19 009,86	9 963,69
Seguros de Acidentes no Trabalho	0 00	369,86
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	392,74	695,60
Total	110 409,92	59 883,54

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	273,49	273,49
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00

Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	273,49	273,49

Handwritten signatures and initials in blue ink.

10.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	19 073,60	6 903,55
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	9 383,67	13 889,58

10.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	4 259,58	4 481,14
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	4 259,58	4 481,14

10.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	0,00	193,30
Total	0,00	193,30
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	5 361,97	
Total	5 361,97	0,00

10.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	344,39	8 748,70
Depósitos à ordem	87 452,01	49 933,30
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	87 796,40	58 682,00

10.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	41 129,06	0,00	11 997,22	53 126,28
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	41 129,06	0,00	11 997,22	53 126,28

10.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	344,40	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores - faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	344,40	0,00

10.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 034,03	485,00
Segurança Social	3 018,30	871,17
Outros Impostos e Taxas	0,00	262,29
Total	4 052,33	1 618,46

10.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		812,36
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		19 016,09		8 374,95
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	19 016,09	0,00	9 187,31

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	83 162,08	56 414,70
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	83 162,08	56 414,70

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	0,00	450,00
Serviços especializados	34 991,45	20 666,40
Materiais	3 312,01	5 498,92
Energia e fluidos	1 451,13	592,52
Deslocações, estadas e transportes	1 447,95	0,00
Serviços diversos	4 762,79	2 766,08
Total	45 965,33	29 933,93

10.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	594,79	755,08
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00
Total	594,79	755,08

10.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5,54	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	5,54	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-5,54	0,00

10.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

GUARDA, 21 de março de 2025

A Direção

O Contabilista Certificado

João Manuel Dias Sousa

Paulo Ray

Francisco António Soares

Dir. Fin.

Liliana Patrícia Martins Rebelo

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2024

RUBRICAS		NOTAS	Montantes expressos em EURO	
			EXERCÍCIOS	
			2024	2023
ATIVO				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis				722,30
Ativos intangíveis				
Investimentos Financeiros			273,49	273,49
Créditos e outros ativos não correntes				
			273,49	995,79
Ativo corrente:				
Inventários				
Clientes			19.073,60	7.212,15
Estado e outros entes públicos				
Capital subscrito e não realizado				
Diferimentos				193,30
Outros ativos correntes				3.036,00
Caixa e depósitos bancários			87.796,40	58.682,00
			106.870,00	69.123,45
Total do Ativo			107.143,49	70.119,24
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital subscrito				
Outros instrumentos de capital próprio				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados			53.126,28	41.129,06
Outras variações no capital próprio				
Resultado líquido do período			29.532,00	27.371,72
Total do capital próprio			82.658,28	68.500,78
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões				
Financiamentos obtidos				
Outras dívidas a pagar				
Passivo corrente:				
Fornecedores			344,40	
Estado e outros entes públicos			4.052,33	1.618,46
Financiamentos obtidos				
Diferimentos			5.361,97	
Outros passivos correntes			14.726,51	
			24.485,21	1.618,46
Total do passivo			24.485,21	1.618,46
Total do Capital Próprio e do Passivo			107.143,49	70.119,24

A Gerência: João Manuel Dias FerreiraO CC: P. L. Ray

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Modelo para ME)

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		104.067,80	62.678,98
Subsídios à exploração		83.162,08	56.414,70
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(45.965,33)	(29.933,93)
Gastos com o pessoal		(110.409,92)	(59.883,54)
Imparidade (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos			
Outros gastos		(600,33)	(1.032,78)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30.254,30	28.243,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(722,30)	(866,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29.532,00	27.376,98
Gasto de financiamento (líquidos)			(5,26)
Resultado antes de impostos		29.532,00	27.371,72
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		29.532,00	27.371,72
		,00	,00

A Gerência: João Manuel Dias SousaO CC: Paulo Raposo